

Políticas de Arranjos Regionais para o audiovisual na Bahia

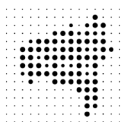


Políticas
de Arranjos
Regionais para
o audiovisual na Bahia

Introdução

A classe audiovisual brasileira tem, historicamente, reivindicado uma melhor distribuição de recursos. A concentração de investimentos no eixo Rio-São Paulo é um dos principais gargalos. Argumenta-se que uma partilha territorialmente mais equilibrada dos aportes é essencial para promover a diversidade cultural, a pluralidade de expressões e o desenvolvimento de forma descentralizada. Nesse sentido, os agentes (*players*) que atuam nesse setor nos demais estados vêm pleiteando políticas que garantam a descentralização e fortaleçam a produção de conteúdo audiovisual em todas as regiões do país

Entre 2014 e 2018, o Brasil avançou em políticas de descentralização territorial do fomento ao audiovisual, por meio de iniciativas como a criação de cotas regionais no Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), bem como a partir de programas como os Arranjos Regionais/Coinvestimentos. Estes foram implementados



pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), em articulação com o Ministério da Cultura (MinC), com recursos do FSA e operados financeiramente pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). As iniciativas visavam ampliar o alcance territorial das políticas públicas para o segmento audiovisual brasileiro e promover o desenvolvimento de cadeias produtivas locais.

A política foi formalmente lançada com a Chamada Pública Ancine/FSA nº 01/2014. Foi estabelecido um modelo de complementaridade entre as unidades federativas: o ente local (estado ou município) lançava seu edital com recursos próprios e a Ancine aportava recursos do FSA para aumentar o valor e o alcance dos projetos selecionados. A linha foi mantida a partir de chamadas públicas anuais: 01/2015, 01/2016, 01/2017 e 01/2018, que garantiram a continuidade da política neste período.

Este boletim traz resultados parciais da pesquisa: “Políticas de Arranjos Regionais para o Audiovisual na Bahia”, contemplado pelo edital de chamamento público nº 09/2024 – Fomento às Artes - Audiovisual PNAB, que integra a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB-BA). O referido estudo visa realizar uma análise de resultados do programa do Governo Federal, adotando como recorte territorial a Bahia.

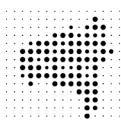
O presente documento se debruça sobre a política de Arranjos Regionais executada no Brasil, examinando os objetivos declarados, o desenho institucional, a execução prática e os principais resultados alcançados. A seguir, será feita uma breve análise das políticas de descentralização do setor audiovisual, com foco nas iniciativas do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador, único município do Estado que aderiu ao Programa. Por fim, será apresentada a pesquisa, ora em execução, sobre as “Políticas de Arranjos Regionais para o Audiovisual na Bahia”.

1

Marco institucional e operacional das Políticas de Arranjos Regionais no Brasil: 2014-2018

A política de incentivo aos Arranjos Regionais tem como base o Plano de Diretrizes e Metas (PDM) da Ancine para o período de 2011-2020, iniciativa voltada para o planejamento das políticas públicas do setor audiovisual brasileiro, abrangendo aspectos regulatórios, de desenvolvimento e organização dos agentes públicos e privados. Dentre outros aspectos, o documento aponta a necessidade de que “a construção de políticas de desenvolvimento regional sejam construídas de forma integrada com as estratégias nacionais” (Ancine, 2013, p. 92).

Os Arranjos Regionais foram concebidos como uma política de descentralização da produção audiovisual liderada pela Ancine, articulando recursos federais do FSA com contrapartidas estaduais, municipais e do Distrito Federal. O ente local era o responsável pela gestão operacional dos editais, conduzindo o processo de seleção dos projetos e do



desembolso da cota equivalente à sua participação em cada iniciativa. Já a Ancine era incumbida da contratação, junto ao FSA, do percentual federal então estipulado para os projetos selecionados. O BRDE foi designado como agente financeiro do programa, responsável pela gestão dos contratos e repasses (Evangelista, 2022).

O Regulamento Geral do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav) estabeleceu fatores diferenciados de complementação de investimento para entes federativos de distintos grupos regionais. Para aqueles pertencentes ao Grupo A, do qual fazem parte as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conhecida como CONNE, o Fundo participou com recursos complementares na ordem de duas partes para cada uma investida pelo ente local. O Grupo B, formado pelos estados e municípios da Região Sul, Minas Gerais e Espírito Santo, grupo conhecido como FAMES, teve direito a receber um aporte de 1,5 vezes o valor investido pela instituição regional. Já o Grupo C, formado pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, para cada parte investida por essas unidades federativas, o FSA aporta uma parte de igual valor (Ancine, 2014).

As chamadas, lançadas anualmente entre 2014 e 2018, permitiam que estados, municípios e o Distrito Federal propusessem planos de desenvolvimento audiovisual, contemplando ações como capacitação, produção e distribuição de conteúdo local. Após a assinatura dos termos de cooperação, os entes locais promoviam editais específicos. Essa abordagem buscava fortalecer a infraestrutura e os diversos elos da cadeia produtiva do audiovisual.

O desenho da política dos Arranjos Regionais evoluiu, ao longo dos anos, incorporando mudanças nas regras de proporção de financiamento entre recursos federais e locais, que se tornaram mais flexíveis para adaptar-se às variadas realidades regionais. Cabe enfatizar que o programa visava reforçar o papel dos governos estaduais e municipais, alinhando as iniciativas federais com as demandas regionais.

Em 2014, foi lançada a Chamada Pública nº 01/2014 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais, contemplando produção para televisão, distribuição regional e obras de diversos formatos. Em 2015, a Chamada Pública FSA 01/2015 ampliou a segmentação por grupo de estados e tipos de projetos (longa, média, curta, com ou sem distribuidora) e incluiu comercialização regional. Já em 2016, foi lançado Chamada Pública Ancine/FSA nº 01/2016 - Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais, cuja inovação consistia na inclusão de projetos – para além de longa-metragem, telefilme ou obra seriada, e nos gêneros ficção, animação ou documentário, com a finalidade de exploração comercial da obra – quando dirigidos ao desenvolvimento de arranjos produtivos inovadores, incipientes ou sem histórico na produção nestes formatos. Em 2017, ocorreu a Chamada Pública Ancine/FSA 01/2017 que buscava financiar, em caráter complementar, projetos de produção ou distribuição de conteúdos audiovisuais brasileiros independentes não publicitários. Em 2018, a Chamada de Coinvestimentos Regionais ampliou as proporções do aporte federal e introduziu parâmetros para diversas áreas, como: produção, capacitação, festivais, jogos e distribuição, ampliando o escopo do programa (Rocha; Lima; Costa, 2024).

Entre 2014 e 2019, foram firmadas diversas parcerias com entes locais, distribuídas por região. Os recursos totais provisionados para o investimento em Arranjos Regionais foram R\$388.600.000,00. Os aportes previstos para cinco chamadas públicas anuais estão descritos na Tabela 1.

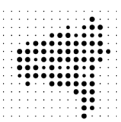


Tabela 1: Resumo das Chamadas de Arranjos Regionais com previsão de aportes pelo FSA entre 2014-2018 (a valores correntes).

Ano	Título das chamadas	Previsão de Aportes FSA (R\$)
2014	Chamada Pública Nº 01/2014 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais	50.000.000,00
2015	Chamada Pública ANCINE/FSA Nº 01/2015 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais	65.000.000,00
2016	Chamada Pública ANCINE/FSA Nº 01/2016 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais	70.000.000,00
2017	Chamada Pública ANCINE/FSA Nº 01/2017 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais	70.000.000,00
2018	Chamada Pública ANCINE/FSA Nº 01/2018 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais	113.000.000,00
Total	-----	388.600.000,00

Fonte: Rocha, Lima e Costa, 2024

Os investimentos foram distribuídos de forma estratégica para impulsionar as regiões menos atendidas historicamente. Entre 2014 e 2022, foram realizadas 72 parcerias com 23 unidades federativas, totalizando R\$ 557.495.259, distribuídos conforme explicitado na Tabela 2.

Tabela 2: Recursos dos Arranjos/Coinvestimentos Regionais – Parcerias realizadas por Região entre 2014 e 2022 (a valores correntes)

Região	Parcerias: UF / Termos de Complementação (número de parcerias)*	Valor aprovado para as parcerias (R\$)**: FSA / Local / Total
Centro-Oeste	3 / 8	56.670.000 / 25.384.170 / 82.054.170
Norte	5 / 6	6.190.000 / 3.095.000 / 9.285.000
Nordeste	8 / 27	131.199.606 / 71.983.000 / 203.185.606
Sudeste	4 / 16	111.278.400 / 74.022.083 / 185.300.483
Sul	3 / 15	56.205.000 / 21.465.000 / 77.670.000
Total	23 / 72	361.543.006 / 195.949.253 / 557.495.259

* Não considera termos de complementação cancelados.

** Exclui os valores aprovados em Termos de Complementação cancelados.

Fonte: Relatório de gestão FSA 2022

Em relação aos números de parcerias, o Nordeste se destaca com 27 termos, ou seja, 37,5% do total. Já os convênios dos estados da macrorregião CONNE (Centro-Oeste, Norte, Nordeste) com a Ancine somaram 41, representando 56,9%.

Os projetos oriundos da CONNE, contratados pelo FSA na linha dos Arranjos Regionais, receberam R\$ 166.786 milhões, representando 55,1% dos projetos. As unidades federativas da FAMES (Fórum Audiovisual Minas Gerais, Espírito Santo e os três estados do Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) auferiram R\$ 93.563 milhões (30,9%). Rio de Janeiro e São Paulo, por sua vez, obtiveram 14% dos recursos, o que consistia em R\$ 42.637 milhões. Ver Gráfico 1.

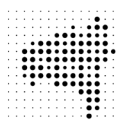
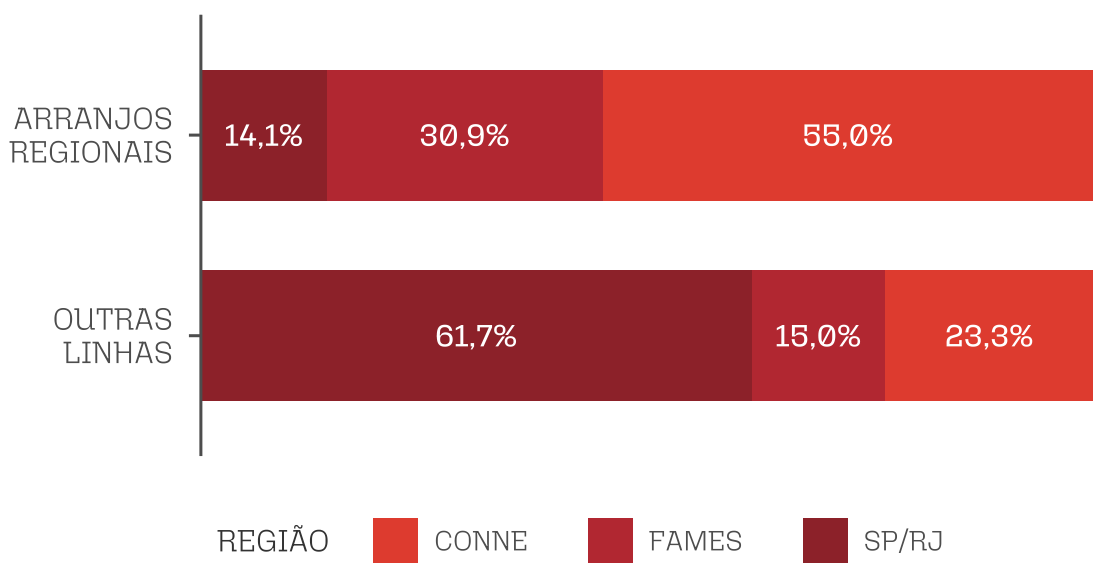


Gráfico 1: Percentuais de aporte de recursos destinados à macrorregião CONNE, em contraponto às demais UF, a partir dos Arranjos Regionais e das demais linhas do FSA: 2014-2018



Fonte: Rocha, Lima e Costa, 2024

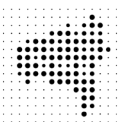
Analisando o Gráfico 1, observa-se que os recursos contratados, por meio das chamadas dos Arranjos Regionais no período 2014-2018, apresentaram uma distribuição territorial mais equânime do que as demais linhas do FSA. As iniciativas de descentralização distribuíram seus recursos da seguinte forma: CONNE (55%), FAMES (30,9%) e RJ/SP (14,1%). Já as demais chamadas do Fundo apresentaram os respectivos percentuais: CONNE (23,3%); FAMES (15%) e o eixo RJ/SP (61,7%) (Rocha; Lima; Costa, 2024).

O estudo “Políticas para a Descentralização do Audiovisual no Brasil”, contratado pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV) e conduzido por Rocha, Lima e Costa (2024), avaliou que, embora por curto período, houve um significativo efeito das linhas de Arranjos Regionais na produção audiovisual das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. O programa fomentou produções regionais em diversos estados, descentralizando recursos e fortalecendo cadeias produtivas locais. Inclusive, essas chamadas

possibilitaram que diversos estados produzissem seus primeiros longas-metragens.

Entretanto, alguns obstáculos foram identificados, por esse estudo, para que a política atendesse aos seus objetivos. Em primeiro lugar, o caráter compartilhado da gestão e o incentivo à suplementação dos aportes representaram um desafio para entes locais, pois muitos não possuíam capacidade técnica adequada para gestão e verba para investimentos em contrapartida. Além disso, a fragilidade em termos de governança, a fluidez administrativa, a inconsistência do sistema de dados e a fragilidade orçamentária comprometeram a execução do programa pelos estados, Distrito Federal e municípios.

Evangelista e Domingues (2025) analisam que as políticas de descentralização, durante o curto período de 2014-2018, não conseguiram reverter os padrões de concentração do mercado audiovisual no Sudeste, mantendo desigualdades históricas. Por outro lado, a adesão consistente do Nordeste ao mecanismo dos Arranjos Regionais parece ter encontrado um campo profícuo em estados como Bahia, Ceará e Pernambuco, haja vista que esses já possuíam sistemas de fomentos locais. Assim, o maior aporte de recursos viabilizou a ampliação de projetos como longas-metragens, curtas-metragens e séries nessas unidades federativas (Evangelista, Domingues, 2025).



2

Arranjos Regionais na Bahia: iniciativas e alguns resultados

Desde a produção e o lançamento do longa-metragem *Três Histórias da Bahia*, em 2001, houve um fluxo significativo de realização de curtas e longas-metragens por produtoras baianas. Nas últimas décadas, houve renovação e qualificação do quadro de realizadores, impulsionadas, também, pelo surgimento de cursos superiores de cinema e audiovisual, por mais recursos de políticas públicas e pela difusão da tecnologia digital (Lima, Canedo, Costa, Campos, 2021).

Neste período, existiam mecanismos locais que financiavam obras audiovisuais baianas. Por exemplo, as chamadas anuais do Fazcultura - programa de fomento indireto via renúncia fiscal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

No âmbito federal, havia a Lei Rouanet (1991) e a Lei do Audiovisual (1993), cujos recursos são provenientes de renúncia fiscal do Imposto de Renda (IR), eram pouco acessadas pelas produtoras baianas. A partir de 2007, passaram a ser lançados os editais setoriais do Fundo de Cultura do Estado da Bahia (FCBA) para produção de conteúdo audiovisual (Virgens, 2024).

As iniciativas das prefeituras baianas para o audiovisual são ainda bastante incipientes. Entretanto, a Prefeitura de Salvador, entre 2013 e 2016, estruturou editais gerenciados pela Fundação Gregório de Mattos e a Lei de Incentivo Viva Cultura (Virgens, 2024).

Portanto, o programa dos Arranjos Regionais, a partir de 2014, gerou expectativa, junto aos players do segmento, em torno do fortalecimento e consolidação de um sistema de fomento ao setor audiovisual na Bahia. Principalmente, ampliando o acesso aos recursos do FSA.

Na Bahia, os Arranjos Regionais se concretizaram em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA), Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB e a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB). Na capital, Salvador, sua operacionalização ocorreu por intermédio da Fundação Gregório de Mattos – FGM, como pode ser visto na Tabela 3.

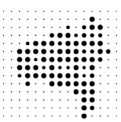


Tabela 3: Listagem dos editais lançados e valor das chamadas da Política de Arranjos Regionais no Estado da Bahia: 2014-2019

Instituição	Edital	Ano	Valor total da chamada (R\$)
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB	Edital nº 03/2014	2014	6.300.000,00
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia-SECULT	Edital nº 07 - Setorial de Audiovisual 2016	2016	14.500.000,00
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia-SECULT	Edital nº 01/2019 - Setorial de Audiovisual 2019 - FSA e EDITAL Nº 01/2019 - Setorial de Audiovisual 2019 - FCBA	2019	19.905.000,00
Fundação Gregório de Mattos - FGM	Edital nº 003/2014 - Arte na TV Ano I	2014	1.500.000,00
Fundação Gregório de Mattos - FGM	Edital Arte na TV Ano II	2017	2.250.000,00

Fonte: Costa; Rocha; Lima et al., 2025

Em 2014, o Estado da Bahia, por intermédio do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), lançou o primeiro edital a partir dos Arranjos Regionais. Nessa chamada, para cada R\$ 1,00 investido pelo ente local, o FSA investiu outros R\$ 2,00 (Rocha; Lima; Costa, 2024).

No período de 2015 a 2022, foram realizados dois editais setoriais pelo estado da Bahia, um em 2016 e outro em 2019. Em ambos os casos, houve a conjunção de investimentos do Governo da Bahia e do FSA. No ano de 2016, as propostas de produção e distribuição receberam a proporção de investimento de 1/3 pelo FCBA e 2/3 pelo FSA. O valor total do edital, com os investimentos locais e federais, foi de R\$ 14,5 milhões (Rocha; Lima; Costa, 2024).

Em 2019, a alteração das regras de adesão feita pelo governo federal, conforme mencionado, elevou o potencial de atração de recursos federais a partir do investimento local. Ademais, permitiu que o investimento local se destinasse a iniciativas pertencentes a elos da cadeia que não poderiam ser contratadas pelo Fundo Setorial do Audiovisual. Ou seja, mostras/festivais, curtas-metragens, pesquisas, memória, desenvolvimento e games seriam contemplados com os R\$ 4,9 milhões oriundos do FCBA, e longas e séries pelos R\$ 15 milhões investidos pelo FSA. Este foi o maior edital executado que contou com recursos do governo estadual no financiamento direto de projetos (Rocha; Lima; Costa, 2024).

Os dados deste edital específico, quanto a recursos, proponentes e objetos apoiados, não são considerados nas análises a seguir. Tal escolha se justifica pela diversidade do perfil das iniciativas, tendo em vista a inclusão de projetos bastante distintos entre si, e de proponentes, dada a possibilidade de participação de pessoas físicas. Adicionalmente, tais dados não estão disponibilizados e sistematizados na base informacional utilizada, a saber, os dados abertos da Ancine.

Já a Prefeitura de Salvador, por meio da Fundação Gregório de Mattos (FGM), lançou o edital nº 003/2014 - Arte na TV, em 2014. O objetivo era fomentar a produção de obras audiovisuais seriadas. A primeira edição do edital recebeu um total de 46 propostas (Paranhos, 2014), sendo 4 contempladas.

Três anos depois, em 2017, a FGM lançou o Arte na TV - ano II, dando continuidade ao apoio à produção audiovisual soteropolitana. Esse segundo edital registrou um aumento de 68% de inscritos em relação ao primeiro, recebendo 78 projetos (Agência de Notícias Salvador, 2017), dos quais 7 foram contemplados.

Entre 2014 e 2019, por meio desses cinco editais, foram apoiados, na Bahia, 65 projetos com recursos do FSA. Esses foram conduzidos por 44 produtoras.

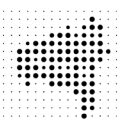


Tabela 4: Quantidade de projetos, produtoras contempladas e desembolsos por intermédio das Políticas de Arranjos Regionais no Estado da Bahia: 2014-2019

Ente Federativo	Número de projetos	Número de produtoras**	Desembolso Federal (R\$)	Desembolso do Ente Local(R\$)*
Bahia	54	40	25.932.334,72	5.987.023,30
Salvador	11	10	2.425.651,19	1.242.017,01
Total	65	50	28.357.985,91	7.229.040,31

Fonte: ANCINE (2024), MINISTÉRIO DA FAZENDA (2025) /Elaboração Própria
* São considerados apenas os projetos que receberam aportes do FSA (mesmo complementados pelo FCBA)
** Algumas produtoras ficaram responsáveis por mais de um projeto.

O total de recursos desembolsados pelo Governo Federal, no período, foi de R\$ 28.357.985,91. Já as contrapartidas dos entes locais somaram R\$ 7.229.040,30. O investimento total no período foi de R\$ 35.587.026,20.

Considerando os objetos apoiados, haviam sido contratados 53 conteúdos para televisão, 3 projetos de comercialização e 9 filmes de longa-metragem. Ver Tabela 5.

Em consequência da pandemia da Covid-19 e das instabilidades políticas, em âmbito federal, enfrentadas no período, os prazos de contratação da chamada de 2019 se estenderam até o ano de 2022.

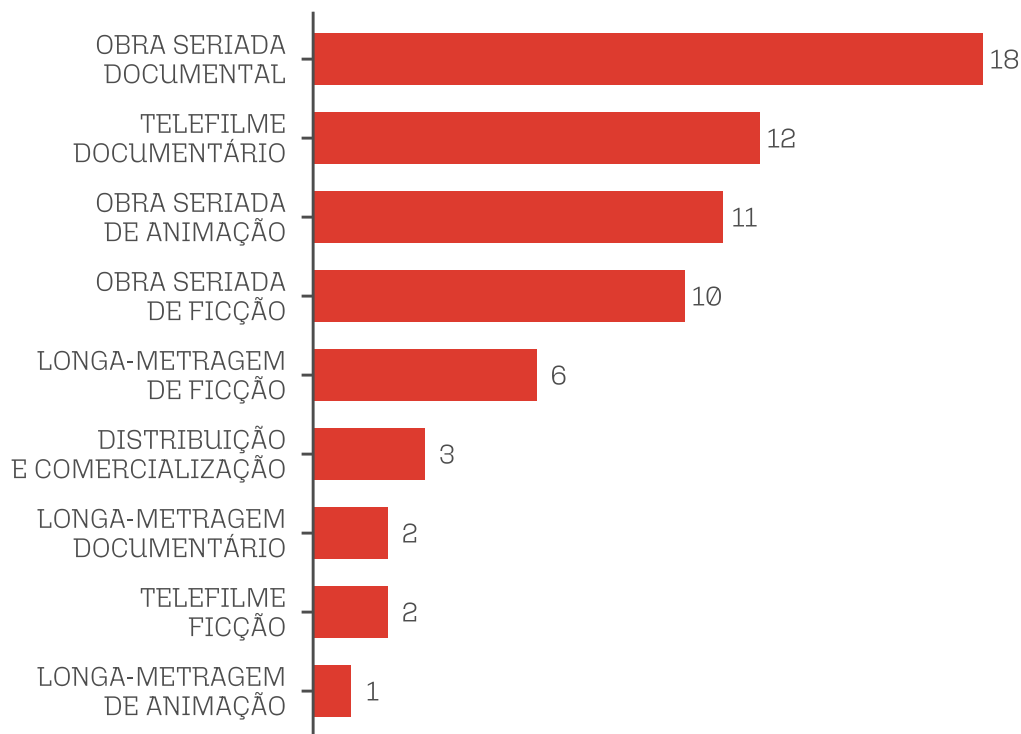
Tabela 5: Quantidade de projetos e desembolsos por intermédio das Políticas de Arranjos Regionais no Estado da Bahia, de acordo com os objetos apoiados: 2014 - 2019

Objetos	Número de projetos	Desembolso Federal (R\$)	Desembolso do Ente Local(R\$)*
Produção e Programação de Conteúdos Para TV	53	19.150.905,89	5.503.392,31
Comercialização	3	399.866,00	199.934,00
Produção de longa-metragem	9	8.807.214,02	1.525.714,00
Total	65	28.357.985,91	7.229.040,31

Fonte: ANCINE (2024), MINISTÉRIO DA FAZENDA (2025) / Elaboração Própria
* São considerados apenas projetos que receberam aportes do FSA (mesmo complementados pelo FCBA)

Quando se analisam os projetos de acordo com a classe da obra audiovisual, verifica-se que foram apoiadas 39 obras seriadas. Cabe destacar, também, o número de 14 telefilmes (ficção e documentário), como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2: Quantidade de projetos contemplados pelas Políticas de Arranjos Regionais no Estado da Bahia, de acordo com a classe da obra audiovisual apoiada: 2014-2019



Fonte: ANCINE (2024), MINISTÉRIO DA FAZENDA (2025) /Elaboração Própria

* São considerados projetos que receberam aportes do FSA (mesmo complementados pelo FCBA)

A análise dos projetos contemplados, de acordo com o município da produtora, evidencia a concentração na capital do estado, com 78,5%. Contudo, empresas dos municípios do Recôncavo Baiano (Muritiba, Cachoeira e São Félix) tiveram 5 propostas aprovadas (7,7%). Tal dado corrobora a visão de que a região desponta como um importante centro de produção audiovisual da Bahia, como é possível visualizar no Gráfico 3.

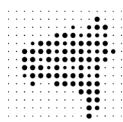
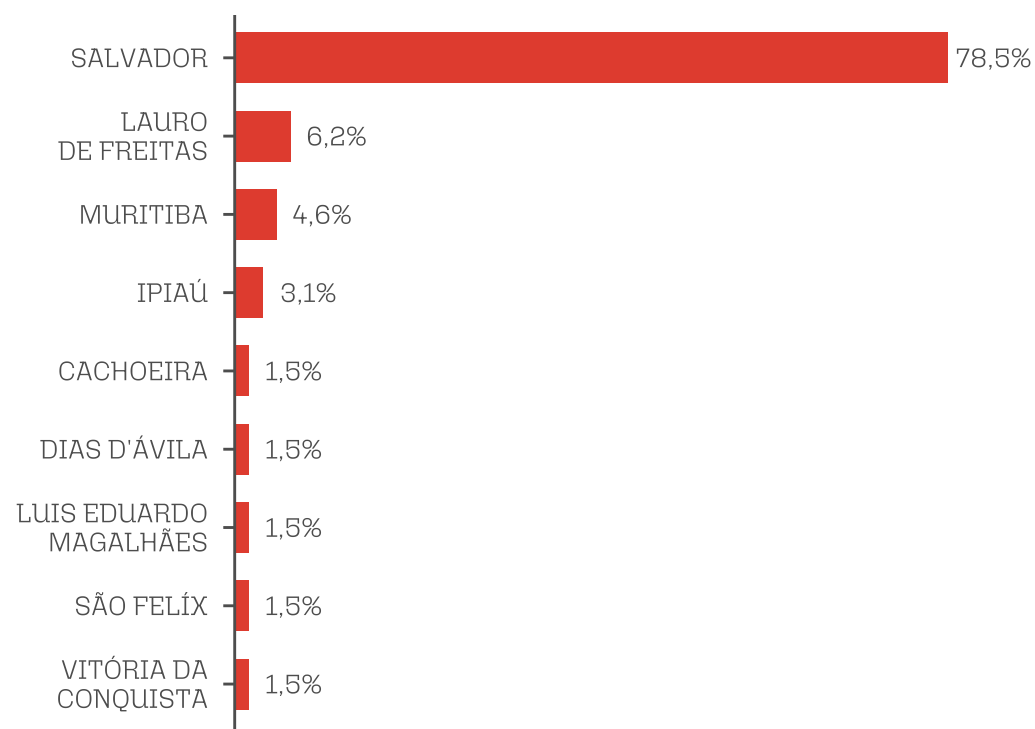


Gráfico 3: Distribuição percentual de projetos contemplados pelas Políticas de Arranjos Regionais no Estado da Bahia, de acordo com o município de origem da produtora: 2014-2019



Fonte: ANCINE (2024), MINISTÉRIO DA FAZENDA (2025) /Elaboração Própria
* São considerados projetos que receberam aportes do FSA (mesmo complementados pelo FCBA)

3

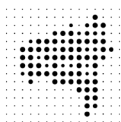
Arranjos Regionais no Estado da Bahia: proposta de pesquisa

Em um estudo recente, Rocha, Lima e Costa (2024) constataram que as políticas de descentralização demonstraram sua relevância para o setor audiovisual em vários estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste (CONNE), com destaque para os programas de TVs Públicas e dos Arranjos Regionais. Contudo, os autores apontam para a necessidade de avaliação contínua sobre o mercado audiovisual, em que as análises de resultados não sejam preponderantemente quantitativas, como também qualitativas.

A realização de estudos contextualmente situados e que adotem metodologias qualitativas se torna ainda mais relevante diante do anúncio do retorno, em junho de 2025, da iniciativa de Arranjos Regionais pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

Assim, a pesquisa, ora em curso, busca subsidiar atores públicos e privados do estado da Bahia nessa nova fase da política.

Constatada tal lacuna, esta pesquisa visa realizar uma análise do programa dos



Arranjos Regionais, adotando como recorte territorial a Bahia, no período de 2013 a 2023. Pretende-se, com este estudo, responder às seguintes questões:

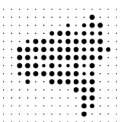
- Quais foram as maiores dificuldades que o governo do estado da Bahia e o município de Salvador enfrentaram para adesão aos Arranjos Regionais?
- Como foi a circulação das obras audiovisuais apoiadas em outras janelas?
- Quantos longas-metragens apoiados e realizados na Bahia participaram de festivais internacionais?
- Qual a situação atual das produtoras que se beneficiaram dessa política?

Esta pesquisa é realizada pelo grupo de pesquisa Laboratório de Estudos em Políticas Culturais e Economia da Cultura (LAB-Cultura), dedicado a desenvolver estudos sobre as políticas culturais e a economia da cultura, com ênfase nos contextos nacional e latino-americano. O LAB-Cultura reúne pesquisadores em diversos níveis de formação que se debruçam sobre temas como: a produção de conhecimento em políticas culturais e economia da cultura; a profissionalização e formação em organização da cultura; a produção e análise de dados e indicadores do setor cultural; o financiamento e o fomento à cultura; as indústrias de cultura e mídia; as políticas públicas de cultura, dentre outros.

A avaliação de resultados das iniciativas dos Arranjos Regionais no Estado da Bahia e no município de Salvador se baseia na elaboração e análise de um conjunto de indicadores. Além disso, também desenvolve uma avaliação participativa junto aos agentes envolvidos nas políticas de Arranjos Regionais na Bahia e em Salvador. São acionados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica: levantamento, análise e descrição de publicações científicas com o intuito de contextualizar o estudo atual e fornecer um quadro de referência para o desenvolvimento do trabalho.

- Pesquisa e análise de documentos oficiais: exame dos editais das chamadas públicas de Arranjos Regionais; relatórios da Ancine e BRDE relacionados ao objeto da pesquisa; relatórios anuais de gestão do FSA; Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual (PDM); e Relatório de Avaliação do PDM - 2011/2020.
- Análise de dados secundários: levantamento e análise de dados provenientes da Ancine, BRDE, e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, elegendo-se como recorte temporal o período de 2013 a 2023 para geração de indicadores. Serão utilizados, também, registros administrativos fornecidos pela Secretaria da Cultura do Estado da Bahia e pela Fundação Gregório de Mattos da Prefeitura de Salvador.
- Coleta dos dados abertos: obtenção, por intermédio da Lei de Acesso à Informação (LAI), de dados dos projetos dos arranjos regionais e dos seus beneficiários. Serão obtidas também informações contidas no cartão CNPJ da Receita Federal das produtoras contempladas,
- Pesquisa direta junto a um conjunto de beneficiários das políticas de Arranjos Regionais: serão aplicados questionários online junto aos responsáveis pelos projetos contemplados, no estado da Bahia, pelas chamadas dos editais de Arranjos Regionais entre 2014 e 2018. A pesquisa tem o intuito de atualizar dados, identificar efeitos e registrar percepções e experiências dos atores do audiovisual baiano.
- Entrevistas semiestruturadas: a metodologia de entrevista semiestruturada é uma abordagem de pesquisa qualitativa que combina elementos de estrutura e flexibilidade na coleta de dados. Essa estratégia permite explorar de maneira mais profunda as perspectivas e experiências dos participantes, permitindo a emergência de temas e detalhes não previstos na formulação inicial das perguntas. Neste sentido, após a etapa da pesquisa direta, serão realizadas entrevistas individuais com algumas produtoras contempladas.



4

Considerações

A produção audiovisual brasileira, apesar de seu crescimento e reconhecimento internacional nas últimas décadas, é marcada por uma profunda concentração geográfica. A maior parte dos investimentos, da infraestrutura e dos *players* do mercado é oriunda da região Sudeste e, em particular, dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Diante desse cenário de desigualdade regional, a política pública federal, com base no programa Arranjos Regionais/ Coinvestimentos, buscou desenvolver mecanismos para estimular a regionalização e a descentralização do fomento, contribuindo para a ampliação da produção de conteúdos audiovisuais que representem a diversidade cultural do Brasil.

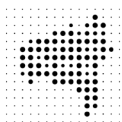
O Estado da Bahia e o município de Salvador estão dentre os primeiros entes locais que aderiram aos Arranjos Regionais. No período de 2014 a 2018, essa política proporcionou uma expansão significativa dos recursos captados. As ações contribuíram

para fortalecer, principalmente, Salvador e o Recôncavo Baiano como centros de produção audiovisual (nos quais houve uma expansão expressiva no número de produtoras formais no estado).

Em que pese a manutenção da estrutura de fomento, o apoio específico ao setor audiovisual pelo Estado da Bahia encontra-se paralisado, mais recentemente. Nesse sentido, registra-se apenas a aplicação de recursos provenientes da Lei Aldir Blanc (LAB) e da Lei Paulo Gustavo (LPG), que não contaram com a participação de investimentos do orçamento do Estado da Bahia para a alocação extra de recursos. Já a Prefeitura de Salvador vem fazendo aportes adicionais aos recursos advindos das leis emergenciais (como no caso do edital LPG).

Em junho de 2025, no entanto, a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura e a Ancine anunciaram um investimento de R\$ 300 milhões para arranjos regionais em todo o País. O foco é fortalecer a produção local nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as quais estão destinadas 70% do total (R\$ 210 milhões).

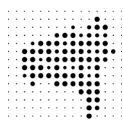
A expectativa é que o novo ciclo de investimentos do FSA ajude a consolidar a Bahia como um dos mercados relevantes do audiovisual, fora do eixo Rio–São Paulo, especialmente diante da criação dos programas Salcine e Bahia Filmes. O primeiro é um projeto da Prefeitura de Salvador para criar um polo de produção cinematográfica na cidade. O segundo é uma empresa estadual que visa sistematizar o fomento audiovisual do estado. Trata-se de uma janela de oportunidade, cujo usufruto passa, porém, pela desconcentração da produção do Estado, pela ampliação da participação dos realizadores do interior e, em especial, pela criação de uma demanda perene por conteúdos audiovisuais baianos.



Referências

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS SALVADOR. Edital Arte na TV registra aumento de 68% de inscritos. Disponível em: [https://agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br/index.php/pt-br/releases-2/geral/6395-edital-arte-na-tv-registra-aumento-de-68-de-inscritos#:~:text=Fund%C3%A7%C3%A3o%20Greg%C3%B3rio%20de%20Mattos%20\(FGM\)%2C%20e%20a,lan%C3%A7ado%20em%202014%2C%20quando%20atraiu%2046%20projetos](https://agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br/index.php/pt-br/releases-2/geral/6395-edital-arte-na-tv-registra-aumento-de-68-de-inscritos#:~:text=Fund%C3%A7%C3%A3o%20Greg%C3%B3rio%20de%20Mattos%20(FGM)%2C%20e%20a,lan%C3%A7ado%20em%202014%2C%20quando%20atraiu%2046%20projetos). Acesso em: 03 outubro de 2025.
- ANCINE - Agência Nacional do Cinema. Projetos de investimento contratados no âmbito do FSA. Rio de Janeiro, 07 nov. 2024. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/projetos--de-investimento-contratados-no-ambito-do-fsa>. Acesso em: 08 jun. 2025.
- ANCINE - Agência Nacional do Cinema. Plano de diretrizes e metas para o audiovisual: o Brasil de todos os olhares para todas as telas. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<https://antigo.ancine.gov.br/sites/default/files/consultas-publicas/PDM%20-FINAL.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ANCINE - Agência Nacional do Cinema Regulamento Geral do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro – PRODAV. Rio de Janeiro: ANCINE, 2014. Atualizado em 07 mar. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/fsa/normas/Regulamento_Geral_do_PRODAV_Minuta_07.03.17__Apos_RDC_com_alteracoes_aceitas_e_unificacao_prazos_0.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.
- ANCINE - Agência Nacional do Cinema. Chamada Pública Nº 01/2014 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais. Chamada Pública. Rio de Janeiro: Ancine. 2014. Disponível em: <https://antigo.ancine.gov.br/pt-br/fomento/editais-fomento/chamada-p-blica-n-012014-arranjos-financeiros-estaduais-e-regionais>. Acesso em: 03 outubro de 2025.
- ANCINE - Agência Nacional do Cinema. Chamada Pública ANCINE/FSA Nº 01/2015 – Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais. Chamada Pública. Rio de Janeiro: Ancine. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/fsa/como-participar/chamada-publica-arranjos-regionais-2015-versao-final-publicada.pdf>. Acesso em: 03 outubro de 2025.
- ANCINE - Agência Nacional do Cinema. Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais - Chamada Pública ANCINE/FSA Nº01/2016. Chamada Pública. Rio de Janeiro: Ancine. 2016. Disponível em: <https://antigo.ancine.gov.br/sites/default/files/concurso-publico/Minuta%20edital%20-%20vers%C3%A3o%202%20-%2026.10.16.pdf>. Acesso em: 03 outubro de 2025.
- ANCINE - Agência Nacional do Cinema. Chamada Pública ANCINE/FSANº01/2017 - Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais. Chamada Pública. Rio de Janeiro: Ancine. 2017. Disponível em: https://antigo.ancine.gov.br/sites/default/files/Chamada%202017%20-%20Arranjos%20Regionais_Retifica%C3%A7ao%2002%20%28com%20corre%C3%A7%C3%A3o%29_0.pdf. Acesso em: Acesso em: 03 outubro de 2025.
- ANCINE - Agência Nacional do Cinema. Chamada Pública ANCINE/FSA nº 01/2018 - Coinvestimentos Regionais. Chamada Pública. Rio de Janeiro: Ancine. 2018. Disponível em: <https://antigo.ancine.gov.br/sites/default/files/consultas-publicas/Chamada%202018%20-%20Coinvestimentos%20Regionais%20-%20Retifica%C3%A7%C3%A3o%20Valor.pdf>. Acesso em: 03 outubro de 2025.
- ANCINE - Agência Nacional do Cinema. Relatório de Gestão do FSA 2022. Ancine: Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/fsa/resultados/relatorios-de-gestao-do-fsa>. Acesso em: 03 outubro de 2025.

- BAHIA. Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. Edital nº 03/2014 - Edital de Chamada Pública para Seleção, Cadastramento e Licenciamento de Obras Audiovisuais de Curta, Média, Longa-Metragem, e Obras Seriadas de Ficção, Documental, Animação, Musical ou Experimental. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/irdeb-divulga-contemplados-no-edital-de-fomento-a-producao-audiovisual-baiana-2014>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- BAHIA. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Edital nº 07 - Setorial de Audiovisual 2016. Disponível em: https://siic.cultura.ba.gov.br/clique_fomento/downloads/download_complexo/149/AnexoAtoConvocatorio/ato_convocatorio_id/imagenexo/nomanexo/P. Acesso em: 15 mai. 2024.
- BAHIA. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Edital nº 01/2019 - Setorial de Audiovisual 2019 - FSA. Disponível em: https://siic.cultura.ba.gov.br/clique_fomento/downloads/download_complexo/181/AnexoAtoConvocatorio/ato_convocatorio_id/imagenexo/nomanexo/P. Acesso em: 15 mai. 2024.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Edital de chamamento público MINC Nº 4, de 9 de junho de 2025 Arranjos Regionais. Brasília, DF, 09 jun. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-em-andamento/copy_of_edital-arranjos-regionais/edital-arranjos-regionais-selecao-de-projetos-para-investimento-complementar-do-fundo-setorial-do-audiovisual-fsa. Acesso em: 17 out. 2025.
- LIMA, Carmen; CANEDO, Daniele; COSTA, Leonardo; CAMPOS, Luiz Gustavo. Análise de Rede Social na Produção de Longas-metragens da Bahia (2008 a 2020) e a Participação das Mulheres no Cinema. Revista GEMInIS, v. 12, n1, pp. 345-367, mai./ago. 2021.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ. Distrito Federal, 06 jun. 2025. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastro-nacional-da-pessoa-juridica---cnpj>. Acesso em: 06 jun. 2025.
- PARANHOS, Verena. Fundação Gregório de Mattos lança editais para área cultural. Disponível em <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/fundacao-gregorio-de-mattos-lanca-editais-para-area-cultura-626919>. Acesso em: 05 outubro de 2025.
- COSTA, L., ROCHA, R., LIMA, C., DIZ, I., REIS, L., ASEVEDO, E., PIRES, G., FARIAS, C., & BARBOSA, C. (2025). Arranjos Regionais como parte de uma política para a descentralização do audiovisual no Brasil. Políticas Culturais Em Revista, 18(1), 196–221. <https://doi.org/10.9771/pcr.v18i1.64508>.
- ROCHA, Renata; LIMA, Carmen; COSTA, Leonardo. Políticas para a descentralização do audiovisual no Brasil: alcance, resultados e repercussões de dois programas de fomento na Macrorregião CONNE. Salvador: UFBA, 2024. 167 p.
- EVANGELISTA, Milena Silvino. Regionalização da política de fomento ao audiovisual no Brasil: os arranjos regionais da ANCINE. Dissertação/Estudo, 2022
- EVANGELISTA, Milena; DOMINGUES, Juliano. Regionalization under Dispute: A Critical Analysis of Ancine's Financial Arrangements Allocation. Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación, [S. l.], v. 23, n. 46, 2025. DOI: 10.22395/anqr.v23n46a14. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/anagramas/article/view/4746>. Acesso em: 21 oct. 2025.
- SALVADOR. Fundação Gregório de Mattos - FGM. Edital nº 003/2014 - Arte na TV. Disponível em: http://www.artemtodaparte.salvador.ba.gov.br/images/editais/2014/fgm_20_08_2014_edital_003_2014.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.
- SALVADOR. Fundação Gregório de Mattos - FGM. Arte da TV Ano II. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/DOM/20170603.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- VIRGENS, A. R. A. Financiamento ao Setor Audiovisual da Bahia (2011-2020) [Tese de Doutorado]. Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2024.



Ficha Técnica

Coordenação

*Carmen Lúcia Castro Lima
(UNEB)*

Pesquisadores Sêniores

*Leonardo Costa (UFBA) e
Renata Rocha (UFBA)*

Assistentes de Pesquisa

*Fernanda Pimenta (UFBA) e
Inajara Diz Santos (UFBA)*

Analista de Dados

Jaildo Vieira Rocha Filho

Consultoria de Mercado

LABAV

Produção Executiva

Ana Lícia Amaral (UFBA)

Produção Editorial

Pinaúna Editora

Identidade Visual

Quintino Andrade

Assessoria de Comunicação

Maria Clara Lima

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



APOIO FINANCEIRO

